

Quando a pátria é o Rio Grande, se escreve a história da nação

Luciana Fernandes Boeira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS. Bolsista CNPq*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), primeiro congênere regional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na tarefa de promoção da escrita da história e de constituição do tipo nacional no Brasil do século XIX. O IHGB foi o responsável por formular uma idéia de nação ao Estado imperial, compromissando-se em oferecer ao país um discurso histórico próprio. O IHGPSP se inseriu na mesma perspectiva do IHGB e tomou para si, em âmbito local, o trabalho de divulgação da história, coligindo e arquivando documentos, com a intenção de promover o rio-grandense perante a nação e tencionando ligar a história sulina à nacional. Com o IHGPSP, teve início a constituição de uma historiografia propriamente rio-grandense.

Palavras-chave: historiografia rio-grandense; Instituto Histórico; nação.

O Brasil do século XIX foi marcado pela construção e divulgação de uma história oficial da nação brasileira. Esse trabalho fazia parte do projeto imperial de promoção do país à categoria de nação patriótica, à semelhança do processo pelo qual passavam as nações européias também em formação naquele período. Assim, a nação brasileira em formação buscava enfatizar seu reconhecimento enquanto membro constituinte do “mundo civilizado” formado por uma nascente comunidade das nações industriais, animadas pelo ideal do progresso.¹ Concomitantemente, o século XIX foi o período da *belle époque* da história, o momento no qual ela foi considerada uma das ciências fundamentais do espírito e onde todos os campos passaram a se ocupar de suas produções.

¹ De acordo com Mattos, o Brasil vivia um jogo onde almejava destacar suas similitudes com as nações européias mais civilizadas, buscando relações de igualdade para com elas. MATTOS, Ilmar Rohloff de. “O Império do Brasil”. In: *O tempo saquarema*, São Paulo: Hucitec, 2004, p. 23.

No Brasil, a tarefa de formular uma idéia de nação para o Estado imperial coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), associação fundada na Corte, em 1838 e calcada no modelo institucional das academias européias de ilustrados, espaços de criação preenchidos por membros eleitos e pertencentes a uma elite letrada, herdeira de uma tradição iluminista.² Ao oferecer ao Estado imperial um discurso histórico particular, o IHGB tinha como meta afirmar uma identidade brasileira, buscando-a nas origens e essências “nacionais” e, assim, mapeando um Brasil pitoresco, uno e singular, ao menos territorialmente.³

Em 1860, buscando inspiração no IHGB, um grupo de letrados da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve a idéia de fundar, em solo rio-grandense, uma filial local do Instituto brasileiro. Criava-se o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), associação regional que tinha como meta principal ligar a história do Rio Grande à história da nação brasileira e servir à idéia imperial de forjamento de um sentimento de identidade nacional que unisse todos os membros do Estado. O grupo rio-grandense afirmava que o “patriotismo sempre foi o mais bello apanagio da gente rio-grandense”, embora um sentimento regionalista também pudesse ser percebido como característica marcante da instituição, que previa ser a Província o “berço de uma geração vigorosa”, destinada a suceder as gerações passadas na defesa das fronteiras do Império.⁴ Dessa forma, se observa que em toda a publicação proveniente do grupo local, havia um grande orgulho na figura do homem sulino, sempre tomado como o valente e heróico defensor fronteiriço a salvaguardar o território meridional brasileiro tanto das invasões inimigas quanto das ameaças de desintegração interna.

Justamente pela necessidade que via em mostrar ao país quem eram essas “valorosas figuras” defensoras da unidade territorial brasileira, o Instituto regional partiu para o trabalho de arranjo de uma história rio-grandense que procurasse organizar a documentação comprobatória da narrativa desse passado heróico. Essa tarefa era o mote de união da elite letrada provincial em torno do IHGPSP.

² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, n. 1, pp. 5-27, 1988.

³ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, v. 1, n. 1, agosto de 1860, pp. 171 e 181. Daqui por diante, *Revista do IHGPSP*.

Animados por tais ideais, esses “filhos” do Rio Grande, então, se reuniram em torno do objetivo comum de recuperar essa história sulina e mostrá-la ao resto do país, porque havia neles a convicção de que os fatos passados no Rio Grande eram parte constitutiva da narrativa geral da história imperial, e de que a eles, membros do Instituto local, cabia a missão de dar a conhecer para o restante da nação essa parte “nobre” da história brasileira.

Formavam o núcleo criador do IHGPSP as figuras do Barão de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza, eleito presidente da casa, do médico sanitariano e político Manoel Pereira da Silva Ubatuba e do igualmente médico e poeta rio-grandense José Antonio do Valle Caldre e Fião, primeiro orador da instituição. Faziam eles parte da aliança política local chamada Contra-Liga. Naquele início da década de 1860, o poder político provincial vivia uma fase de reorganização e os representantes políticos sulinos se dividiam, basicamente, em dois grupos adversários, conhecidos como Liga e sua rival, a referida Contra-liga, que originária, mais tarde, o Partido Liberal Progressista.⁵ Enquanto a Liga era resultado de uma fusão entre políticos oriundos tanto do Partido Liberal quanto do Partido Conservador, a Contra-Liga era uma reunião dos dissidentes daquela organização e tinha preponderância política liberal. O Barão de Porto Alegre era, na época, um dos maiores e mais destacados rio-grandenses a ter influência na Corte do Rio de Janeiro, particularmente por sua atuação militar a favor do Império brasileiro nas guerras de fronteira.⁶

⁵ Em 1848, a política do governo central, dominada pelos saquaremas (conservadores), fez nascer na província sulina o Partido Conservador. A organização dos saquaremas na Província foi a grande responsável pela rearticulação do Partido Liberal entre os rio-grandenses naquele ano. Desde o início do ciclo farroupilha, que devastou a província e trouxe uma prostração nas atividades políticas, os liberais estavam completamente desarticulados e sua reorganização trouxe nova indefinição partidária, indefinição essa que originária, em 1852, uma nova reorganização e faria surgir tanto a Liga quanto a Contra-Liga. A Liga tinha como justificativa acabar com as divergências entre os partidos. PICCOLO, Helga. “A Política Rio-Grandense no Império”. In: *RS: Economia & Política*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 100-102.

⁶ Em 1852, a Província de São Pedro vivia ainda os resultados da invasão imperial brasileira no Prata, quando se destruiu o governo blanco de Oribe e se redefiniram os limites e interesses brasileiros na Banda Oriental. Manoel Marques de Souza teve significativa participação nos destacamentos militares que lutaram na região. O título de Barão de Porto Alegre lhe fora concedido, inclusive, nesse período, por sua atuação na vitoriosa Batalha de Caseros. As lutas militares brasileiras são importantes para se entender em que contexto Manoel Marques de Souza ganhou o prestígio e a fama que o tornariam o modelo varonil de soldado defensor das fronteiras imperiais. Da mesma forma, o prestígio e as glórias militares alcançados pelo Barão lhe forneciam as condições necessárias para ter seu nome ligado à fundação de um órgão divulgador da história pátria como o IHGPSP. Sobre o Barão, ver MAUL, Carlos; ANTUNES, De Paranhos; GRAÇA, Jaime Ribeiro da. *Conde de Porto Alegre. Poliantéia organizada pela Biblioteca do Exército em comemoração ao 1º centenário da Batalha de Caseros*, Rio de Janeiro: Gráfica Bethel, 1952.

Os membros do Instituto Histórico nascente tinham as mais diversas procedências e profissões. A instituição possuía cerca de 70 sócios, entre efetivos, correspondentes e honorários. Entre os sócios correspondentes de maior destaque estava Antonio Alvares Pereira Coruja, primeiro correspondente do IHGPSP na Corte imperial. Foi ele, inclusive, um dos grandes incentivadores da criação do Instituto regional.⁷

Percebe-se que a relação estabelecida entre os sócios correspondentes e a instituição regional era mutuamente favorável. Para a associação, ter entre seus agremiados nomes de prestígio tanto na Província como fora dela, era apropriado em termos políticos e poderia abrir portas no jogo de poder constituído no país. Para os sócios, a recíproca era verdadeira: não só por vaidade pessoal eram marcadas as relações de associação ao clube, mas também por conveniências políticas claras. Isso se torna mais evidente ainda ao se correr os olhos sobre o quadro de sócios da casa e se comparar, em seguida, esse número elevado de agremiados com outro, que computa quais deles eram colaboradores da associação. Esses se restringiam aos componentes da diretoria e cada uma das comissões de trabalho da Revista.⁸ Portanto, o restrito número de colaboradores efetivos reforça o que apropriadamente conclui Lazzari: “é possível que o IHGPSP tenha recebido muitos sócios apenas em busca do prestígio que emprestava o nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.⁹ A participação de militares da alçada do general farroupilha David Canabarro como associado correspondente do IHGPSP avigora a hipótese levantada pelo autor.

Dentre os sócios efetivos que se destacavam no corpo social local, figuravam o político Patrício Corrêa Câmara, encarregado inúmeras vezes pelo governo imperial como vice-presidente da Província, o Dr. José de Araújo Brusque, candidato liberal derrotado, nas eleições de 1860, à

⁷ “Coruja tornara-se como que um embaixador intelectual rio-grandense na capital do império e pôde participar do círculo intelectual próximo do imperador. Ao compilar e publicar informações históricas e lingüísticas de sua província natal esperava fazê-la ocupar um espaço nobre no catálogo de conhecimentos sobre a nação que o IHGB organizava. Sua presença e participação no Instituto estavam de acordo com a linha defendida pelo primeiro presidente da instituição, José Feliciano Fernandes Pinheiro”. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*, Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 44.

⁸ No primeiro ano, por exemplo, acredito que os trabalhos em torno da instituição e de sua revista não tenham envolvido mais que 22 sócios, num total de 40 efetivos e 31 correspondentes, entre administradores do IHGPSP e colaboradores do periódico. A mesa diretora do IHGPSP contava com apenas seis nomes. Havia oito comissões trabalhando na agremiação, cada uma delas com, no máximo três colaboradores.

⁹ LAZZARI, Alexandre. Op. cit., p. 61.

Assembléia Provincial, e o polêmico jornalista Felipe Bethbezé d'Oliveira Nery, liberal progressista de ácido discurso.¹⁰ Figuras de destaque no cenário local, esses homens ambicionavam registrar a história do passado provincial no tomo maior que se estava compondo para a pátria brasileira, destacando seus feitos valorosos e buscando o reconhecimento que há tanto o Rio Grande desejava ter face à nação. Possuíam opiniões divergentes em questões como, por exemplo, o apoio ao regime monárquico. Havia quem apresentasse tendências abolicionistas e visse a escravidão como um problema sério, como era o caso dos médicos Ubatuba e Caldre Fião. Os militares ligados à instituição apoiavam a monarquia e seus atos, de tal forma que nunca houve um posicionamento, dentro da Revista do IHGPSP, abertamente contrário à postura adotada pelo governo brasileiro em questão de qualquer gênero, salvo, é claro, à implícita discordância que nutriam quanto à política imperial em relação ao Rio Grande. Devido à minguada representação política delegada à Província dentro do governo brasileiro, crescia, nos discursos dos associados, um quê de injustiça por parte do governo central para com o Rio Grande, como se nota nesse discurso do Barão:

Acolá o brado nacional surge nos lábios do Rei, e se converte em lábaro invicto ás plagas do estrangeiro, para quebrar-lhe os ferros. Aqui e alli, sempre e em toda a parte, a mesma vida pelo mesmo sopro – a gloria do Brasil, pelo estreito amplexo da liberdade com a monarchia! Senhor presidente, a presença de V.EX. neste recinto nos é um novo penhor de prosperidade. Digno delegado daquelle que honra o seu reinado protegendo as letras e continuando o intimo laço que une a coroa do Brasil a todas as grandesas da pátria, V. EX. não desdenhará dar a esta nascente associação a protecção publica de que careça. Em todo caso V. EX. poderá dizer a S. M. o Imperador que esteve no meio de uma reunião de Rio-Grandenses que desvivididos pela historia pátria, achavão em cada pagina

¹⁰ Sobre a atuação de Nery no Partido Liberal Progressista, assim se refere Guilhermino Cesar: “Na Assembléia Provincial, como representante dos liberais progressistas, alteou-se a sua oratória como uma das mais eloqüentes do Rio Grande do Sul. A sua atuação parlamentar criou-lhe uma auréola de prestígio como não a teve nenhum outro orador político da mesma época”. CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006, p. 395.

desta um novo título de gratidão e amor para com a excelsa Dynastia do Immortal Fundador do Império. Está aberta a sessão.¹¹

A passagem acima permite perceber a reafirmação do militar de que a causa monárquica era também sua e, por conseguinte, da associação que presidia. Posicionando-se como patriota frente aos representantes da monarquia presentes na sessão, o Barão tentava atrair a simpatia do governo para com a causa defendida pelo IHGPSP, qual seja, de coligir e metodizar documentos referentes à história rio-grandense, de modo a inseri-la na narrativa mais ampla que sua célula-mater, o IHGB, sob a proteção de D. Pedro II, tencionava redigir para a nação.¹² Num universo letrado marcado pelo mecenato do Imperador, como era o caso brasileiro, era importante a novas e inexperientes associações como o IHGPSP buscar a proteção da monarquia, cujo projeto oficial nacionalista era uma realidade vivaz. Agradar ao Imperador era, talvez, uma chance do IHGPSP se firmar no cenário nacional como um importante órgão a serviço da causa que o próprio IHGB, apesar de seus temores, dizia defender, e que consistia em inventariar e promover conhecimentos sobre a história e a geografia do país, através de sua ramificação nas províncias.

Porém, a extensão de “ramificações” do IHGB nas províncias do Império não era uma questão tão tranqüila como pode parecer à primeira vista. Cabe destacar que embora o IHGPSP apresentasse um projeto semelhante ao do IHGB no que concerne a colocar o Brasil ao lado das nações civilizadas, havia um receio tácito por parte dessa última instituição em relação à criação do Instituto local. Isso porque o IHGB, desde sua concepção, em 1838, objetivava centralizar em torno de si as informações sobre a história brasileira. A criação do IHGPSP, nesse sentido, era um incômodo obstáculo para a instituição primeira, visto que ela sempre fora tomada como o lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil oitocentista.¹³ Em 1860, ao verem a necessidade da expansão das “luzes” do IHGB às províncias do país, de forma a integrar as regiões do Império nesse processo de construção de uma identidade nacional, os membros do

¹¹ *Revista do IHGPSP*, vol. 3, n. 1, 1862, p.206.

¹² Segundo Schwarcz, o Estado imperial respondia por cerca de 75% das verbas do IHGB. De acordo com a autora, a participação do monarca no IHGB não se limitava à manutenção financeira. D. Pedro II, a partir da década de 1840, seria um membro ativo a participar das reuniões da associação, que funcionava, segundo ela, como uma espécie de porto seguro às experiências no monarca, desejoso por imprimir um caráter brasileiro à cultura de seu império. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. cit., p. 6.

IHGPSP acabaram por assustar os letrados abarcados em torno do IHGB, tanto que essa custaria a assumir a existência da filial. A ação regional teria como meta integrar o Rio Grande ao todo Brasil ou sublinhar suas particularidades, questionavam-se os sócios do IHGB. Tal indagação não era de todo injustificada, afinal, a Província de São Pedro já tentara se desgarrar do Império numa sangrenta e custosa luta de quase dez anos e a inauguração de uma associação literária que buscava enfatizar a heroicidade militar do rio-grandense poderia fazer reviver velhos ideais...

No entanto, no sul do país, a influência do IHGB como centro aglutinador e referencial para a escrita da história era mais que reconhecida, tendo sido a associação nacional, inclusive, aquela que ditou as regras de composição e funcionamento da pesquisa histórica empreendida no IHGPSP, cuja revista foi inspirada e estruturada tendo por base o periódico nacional.

A disposição do IHGPSP de tornar a história rio-grandense conhecida para o resto do país confluía, então, com o tipo de história produzido no IHGB e que era calcado no projeto mais amplo do governo nacional de evitar regionalismos e centralizar politicamente o Império do Brasil. Para fortalecer o Estado imperial, era necessário escrever a história da nação brasileira. No IHGB, esse projeto era de natureza global e visava a integrar as diferentes regiões do país a fim de concretizar a existência de uma nação brasileira una e indivisa. No IHGPSP, a inserção da história local dentro da narrativa nacional em constituição no país era uma maneira de prestar mais um serviço ao Império, mostrando ao governo imperial e também ao restante da nação que o rio-grandense era um povo patriótico e que sua história belicosa e guerreira era parte constitutiva do todo chamado Brasil.

No entanto, se deve ponderar que, embora o rio-grandense estivesse se posicionando como membro da nação – e isso convergia com a intenção do governo nacional de compor um todo chamado Brasil –, o sentimento de pertencimento regional não deixava de estar presente nas falas dos letrados da época. O rio-grandense queria se inserir na história maior e colaborar para a formação do tipo nacional e por isso buscou conciliar sua identidade própria local com um patriotismo que dizia já possuir. Todavia, os discursos aqui reproduzidos mostram que o sulino não deixou, em momento algum, de reafirmar sua identidade rio-grandense, pois era sempre o homem do Rio Grande que queria ver seus atos destacados e sua história preservada na narrativa

geral que se pretendia construir no país.¹⁴ E mais importante: esses letrados aspiravam terem reconhecidos os atos heróicos que obtiveram nas guerras em que se envolveram em nome dessa nação brasileira, de quem decidiram se aproximar. Assim, a tensão entre a região e a nação permaneceu presente, apesar dos esforços empreendidos na tentativa de amenizá-la, através da aliança entre a parte regional e o todo nacional.¹⁵

A leitura dos discursos dos sócios dá a perceber um cuidado em conformar a história que aqui se almejava produzir com àquela que o IHGB projetava realizar para a concretização do Estado nacional e de um povo imbuído do sentimento nacionalista. Para letrados como Caldre e Fião, parecia necessário reforçar em cada oportunidade, através de inflamadas alocações, a luta do IHGPSP em manter vivo o projeto de divulgação de sua história. Sentia-se ele, como suas metáforas deixam transparecer, um obreiro que, junto a companheiros de batalha, preparava o terreno e plantava sementes para “brotar as flores das inteligências futuras”.¹⁶ Perante uma nação receosa por recebê-los, as armas de que dispunham esses homens eram suas vozes e suas penas. Pela fala, acreditavam ser possível expressar os princípios sob os quais agiam para levar adiante sua empreitada, como se, pelo discurso, fosse possível firmar o compromisso de que nada tinha a

¹⁴ Dolhnikoff analisa a organização institucional do Império após as reformas liberais da década de 1830 e a maneira com a qual as províncias – em especial, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco - se inserem e funcionam com base em tais mudanças. A autora assinala que, no processo de unificação e construção do Estado nacional, o papel das elites regionais não deve ser menosprezado em relação àquelas das elites articuladas em torno do governo central. Para a autora, a unidade do Império foi possível “graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”. Segundo ela, ao contrário do que apontam autores como Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho, as elites regionais construíram-se também em elites políticas de destacada atuação no contexto, para as quais o desejo de autonomia regional “não era sinônimo de uma suposta miopia localista e estava acoplado a um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional”. DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado nacional”. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí: Fapesp, 2003, p. 432.

¹⁵ De acordo com Klafke, comentando a tese de Dolhnikoff, “a questão, contudo, me parece que reside em precisar em que grau era exercida a ‘autonomia’, na medida em que, no fundamental, as articulações se davam em torno do governo monárquico. Se a centralização se impunha, para as elites, como necessidade derivada de um contexto social e econômico específico, a discussão sobre a liderança da condução política perde um pouco de sua força, pois era aquela imposição que fazia a ação liberal ser tão parecida com a conservadora. (...) Assim, a questão sobre quem cedia a quem, se as províncias cediam parte de sua autonomia em favor do governo central ou se este abria mão de suas prerrogativas concedendo àquelas uma razoável independência fica diminuída quando se percebe a conciliação fundamental. Só que este concerto das elites imperiais nem sempre foi muito afinado, necessitando, por vezes, a atuação forte do governo central”. KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*, Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, pp. 149-150.

¹⁶ *Revista do IHGPSP*, n. 1, março de 1861, p. 67.

nação a temer com o surgimento da associação literária local. No tropo empregado pelo poeta, surge a imagem do irmão mais jovem pedindo o abraço fraternal do primogênito:

É verdade que a isto o INSTITUTO HISTORICO BRASILEIRO a sua bem entendida conveniência, que é a do paiz abrindo-vos os braços e num laço fraterno preparando a vossa união com a dos seus membros. Não posso noticiar-vos este facto oficialmente, é verdade, mas tel-o-heis sabido como eu pelas publicações que a este respeito se fizeram.¹⁷

A união para a inventividade do tipo brasileiro era, pois, um imperativo que deveria ser observado pelos missionários das letras. Porém, em toda relação de compromisso, o voto de confiança se fazia necessário e esses missionários letrados não se furtavam de pedir ao país que concedesse, enfim, os meios indispensáveis para seu engrandecimento em face da nação.¹⁸ Era fundamental à Província civilizar-se, acompanhando o movimento nacional de progresso econômico e industrial. Em uma palavra, era necessário conceder a esse Rio Grande a tão acalentada *autonomia*.

Fontes Consultadas

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Foi no ano de 1863 que o Império brasileiro, através do Decreto n° 3.167, de 28 de outubro, atenderia à solicitação do Instituto de autorizar suas atividades. Embora fosse um tanto tarde, visto que esse foi o ano derradeiro das atividades regulares na casa, o documento assim dizia: “Concede autorização ao Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense na Província de S. Pedro, para continuar a exercer suas funções e aprova os respectivos Estatutos. Atendendo ao que representou a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Rio-grandense – estabelecido na Província de São Pedro e de conformidade com o parecer da Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 7 de julho do corrente ano: Hei por conceber ao mesmo Instituto autorização para continuar a exercer suas funções, e Aprovar os respectivos Estatutos, ficando as alterações que neles se fizerem sujeitas a aprovação do Governo Imperial, e substituindo-se o art. 3° pelo seguinte: - O Instituto poderá estabelecer prêmios para as composições que tratem dos assuntos no art. 1°, assim como poderá dar, dentro do recinto de suas sessões, as demonstrações de apreço, que julgar apropriadas aos sócios e qualquer outras pessoas que lhe tenham prestado serviços relevantes em relação àqueles mesmos assuntos. O Marquês de Olinda, Senador do Império, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Outubro de mil oitocentos sessenta e três, quadragésimo segundo da Independência e do Império”. CIBILS, Luís Alberto. “Institutos Históricos e Geográficos Anteriores”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, vol. I, n. 135, 2000, p. 10.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Porto Alegre, 1860 (n.1), 1861 (n.1), 1862 (n.1).

Referências Bibliográficas

CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006.

CIBILS, Luís Alberto. “Institutos Históricos e Geográficos Anteriores”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, vol. I, n. 135, 2000, pp. 7-11.

DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado nacional”. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí: Fapesp, 2003, pp. 431-468.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, n. 1, pp. 5-27, 1988.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*, Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*, Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, São Paulo: Hucitec, 2004.

MAUL, Carlos; ANTUNES, De Paranhos; GRAÇA, Jaime Ribeiro da. *Conde de Porto Alegre. Poliantéia organizada pela Biblioteca do Exército em comemoração ao 1º centenário da Batalha de Caseros*, Rio de Janeiro: Gráfica Bethel, 1952.

PICCOLO, Helga. “A Política Rio-Grandense no Império”. In: *RS: Economia & Política*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 93-117.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

 **Vestígios
do passado**
a história e suas fontes

IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO RIO GRANDE DO SUL - ANPUH-RS